

Retido



068



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0204832-2

IMPETRANTE: Bel. Selmo Leandro dos Santos

PACIENTES: Geediston Júnior Alves Rodrigues e Edílson Ramos Pereira

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

5729

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL. **HABEAS CORPUS** LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO QUE ANALISOU AS CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO DELITO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERPLEXIDADE E TEMOR DA POPULAÇÃO LOCAL. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PERIGO DE AMEAÇAS ÀS TESTEMUNHAS. A EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS NÃO OBSTA, POR SI SÓ, A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não há que se falar em constrangimento ilegal, se a decisão que decretou a prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada nas circunstâncias concretas do delito, observando a necessidade de garantia da ordem pública e da conveniência da instrução criminal, tendo em vista o temor causado na população local, bem como a concreta possibilidade de ameaça às testemunhas;

2. A existência de condições subjetivas favoráveis aos pacientes, não obsta, por si só, a manutenção da custódia provisória, já que presentes os motivos ensejadores da prisão preventiva

3. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0204832-2, em que figura como impetrante o Advogado Selmo Leandro dos Santos e como pacientes Geediston Júnior Alves Rodrigues e



069



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Edílson Ramos Pereira, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 26 de maio de 2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 26 de maio de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



070



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0204832-2

IMPETRANTE: Bel. Selmo Leandro dos Santos

PACIENTES: Geediston Júnior Alves Rodrigues e Edílson Ramos Pereira

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* com requerimento de concessão de medida liminar impetrado pelo Advogado Selmo Leandro dos Santos em favor de Geediston Júnior Alves Rodrigues e Edílson Ramos Pereira, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina/PE, juízo perante o qual os pacientes respondem ao processo nº 233.2009.009251-0.

Informa o impetrante que os pacientes foram presos em flagrante delito, no dia 17.10.2009, na cidade de Petrolina, sob a acusação de terem incidido na conduta do artigo 121, §2º, inciso II, c/c o art. 29, ambos do Código Penal.

Relata o impetrante que o magistrado *a quo*, ao analisar o pedido de relaxamento das prisões em flagrante delito, reconheceu a ilegalidade destas, mas, na mesma oportunidade, decretou as prisões preventivas dos pacientes, com fundamento no art. 312 do Código de Processo Penal.

O impetrante alega que não há indícios suficientes de autoria e que a decisão que decretou as prisões preventivas dos pacientes carece de fundamentação idônea, razão pela qual almeja a revogação do decreto construtivo.

Argumenta, por fim, que os pacientes possuem condições subjetivas favoráveis, fazendo jus, portanto, à concessão do benefício da liberdade provisória.

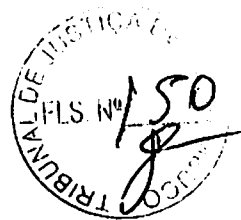
A inicial veio instruída com os documentos de fls. 09/98.

Decisão Interlocutória, às fls. 107/108, indeferindo pedido de liminar e solicitando informações à autoridade apontada como coatora, que apresentou o

1



071



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

ofício de fl. 115, dando conta de que os autos do processo nº 233.2009.009251-0 não se encontravam no cartório daquele juízo, porquanto haviam retornado à delegacia para cumprimento de diligências.

Através de Despacho de fl. 119, foram solicitadas novas informações à autoridade impetrada, a qual apresentou o ofício de fl. 125, acompanhado dos documentos de fls. 126/136.

Em parecer de fls. 142/143, o Ministério Público, através do Douto Procurador de Justiça, Dr. Nilton de Araújo Barbosa, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como visto, a presente ordem de *Habeas Corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelos pacientes, acusados de praticar o crime de homicídio qualificado.

Consta da denúncia, acostada às fls. 10/12, que os pacientes, no dia 16.10.2009, em comunhão de desígnios, desferiram contra a vítima Lindomar Mendes de Lima tiros de arma de fogo (espingarda do tipo soca-soca), causando-lhe ferimentos que a levaram a óbito.

Infere-se, também, da exordial acusatória que o motivo do crime teria sido uma discussão por causa de um relógio de pulso de propriedade da vítima.

Extrai-se, ainda, que:

“a sobrinha da vítima presenciou, de seu quarto, toda a discussão acima referenciada, atestando, com veemência, que não havia mais ninguém no cenário do crime, que não a vítima e os dois denunciados, confirmando, por fim, que o disparo letal foi efetuado após seu tio insinuar que os increpados mantinham um relacionamento amoroso.”



072



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Tal depoimento constitui indício suficiente de autoria, apto a justificar a instauração de uma investigação criminal.

Diante de tais circunstâncias, o MM. Juiz de Direito, em decisão devidamente fundamentada (fls. 95/97), decretou a prisão preventiva dos pacientes a fim de garantir a ordem pública, tendo em vista a gravidade concreta do delito praticado, considerando a futilidade da motivação do crime, bem como o fato de que a vítima estava embriagada, o que impossibilitou a sua defesa. Salientou, ainda, que a referida prática criminosa causou perplexidade e temor na população local.

Destacou, também, o magistrado de primeiro grau a necessidade de garantir a conveniência da instrução criminal, levando em conta o alto risco de intimidação das testemunhas, porquanto, estas residem na mesma localidade dos denunciados.

Compreendo, assim, que existem motivos mais do que suficientes para a manutenção da constrição provisória dos pacientes.

Comungando de tal entendimento, manifestou-se o Douto Procurador de Justiça (fls. 142/43):

“... a gravidade do delito foi devidamente observada pela autoridade coatora no momento de proferir a decisão que indeferiu o pleito de liberdade provisória dos pacientes, não se aplicando, de modo algum, o benefício previsto pelo art. 310 do Código Processual Penal.

Decerto que a gravidade da ilicitude deve ser levada em consideração no momento da análise dos pedidos de liberdade provisória, pois, no caso em epígrafe, vê-se que o crime de homicídio qualificado é punido abstratamente, com uma reprimenda elevada, demonstrando que tal conduta ilícita guarda um potencial ofensivo considerável, não podendo essa circunstância ser desprezada.”



073



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Desta forma, a existência de condições subjetivas favoráveis aos pacientes, não obsta, por si só, a manutenção da custódia provisória, já que presentes os motivos ensejadores da prisão preventiva.

Nesse sentido, segue trecho de julgado do Superior Tribunal de Justiça:

3. A preservação da ordem pública não se restringe às medidas preventivas da irrupção de conflitos e tumultos, mas abrange também a promoção daquelas providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência.

4. Eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si só, não obstam a segregação cautelar, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção, como se verifica no caso em tela. Precedente do STF.¹

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 26 de maio de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator

¹ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. HC 142526 / MS HABEAS CORPUS 2009/0141114-0. Relator(a): Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. Órgão Julgador: QUINTA TURMA. Data do Julgamento: 04/02/2010. Data da Publicação/Fonte: DJe 15/03/2010.